

A CONSTITUINTE
GAZETA MERCANTIL

Lyra prefere normas gerais na Constituição

26 JUL 1985
de Brasília

A nova Constituição brasileira deverá ser breve, abordando temas gerais e deixando a apreciação de matérias específicas a cargo da legislação ordinária. Desta forma, o trabalho da Assembléia Constituinte será mais factível, menos polêmico, e seus resultados serão mais duradouros. Esta é a opinião do ministro Fernando Lyra, da Justiça, externada em um programa da Empresa Brasileira de Notícias (EBN) que deverá estrear hoje nas rádios de todo o País.

Segundo ele, como a comissão pré-Constituinte só vai ser instalada em 20 de agosto, não há pressa na divulgação dos nomes que deverão participar dela. Lyra adiantou, no entanto, que a comissão deverá trabalhar em grupos, terá dois vice-presidentes e promoverá plenárias no Rio de Janeiro, em São Paulo e Recife. Para ele, o principal trabalho desta equipe deverá ser a coordenação do debate nacional, já que, apesar de as pesquisas estarem constatando que o povo não sabe o que seja a Constituinte, é evidente que todos querem ver resguardados seus direitos.

A moralização das eleições para a Constituinte é uma questão que tem preocupado os políticos em geral e o governo em particular. O Ministério da Justiça entregou ao presidente José Sarney um estudo feito pelo Serpro para o recadastramento eleitoral através de computadores. A posição de Paulo Lustosa, mi-

nistro da Desburocratização, no entanto, ameaça atrasar os trabalhos nesse sentido. Para Lustosa, a computadorização do serviço eleitoral deve ser feita não apenas pelo Serpro mas através dos diversos centros de processamento de dados espalhados pelo País. Fernando Lyra garante que, apesar dos problemas, nos próximos dias deverá ser encontrada uma forma consensual que permita dar prosseguimento aos trabalhos. Para Lyra, é importante a utilização de métodos eletrônicos nas próximas eleições, não só para fazer desaparecer os tantos "eleitores fantasmas" que fraudam os resultados mas também para que se possa apurar imediatamente os eleitos, evitando tensões e radicalizações.

O ministro da Justiça afirmou não estar muito preocupado com o abuso do poder econômico na eleição para a Constituinte. Ele lembra que "se, apesar do regime autoritário, nós conseguimos sempre eleger nossos representantes, hoje o povo certamente saberá escolher aqueles candidatos mais sintonizados com suas idéias e aspirações". De qualquer forma, segundo ele, o fato de se proporcionar a todos o acesso aos meios de comunicação, para o debate de suas idéias, já inibe os gastos que poderiam vir a ser feitos em publicidade.

A partir de janeiro próximo será desencadeada uma ampla campanha visando a conscientizar a população da importância e da função da Constituinte.